

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**

**Sub-eixo: Questão Ambiental**

**“QUESTÃO AMBIENTAL”, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E RACISMO AMBIENTAL  
EM ALAGOAS**

**EVERTON MELO DA SILVA<sup>1</sup>**

**ANA CAROLINA RODRIGUES FERREIRA<sup>2</sup>**

**JUCIMARA GUEDES DE SOUZA SILVA<sup>3</sup>**

**LUCIANO DA ROCHA SILVA<sup>4</sup>**

**MARIANA TENÓRIO DE LIMA<sup>5</sup>**

**RESUMO:**

O artigo apresenta o debate da “questão ambiental” e racismo ambiental considerando as inundações e alagamentos em Alagoas e o perfil da população afetada. Os resultados apontam que a população negra da região metropolitana de Maceió-AL é a mais afetada pelos “desastres”, onde os municípios com expressivos números de afetados e desabrigados/desalojados têm um percentual significativo de população negra.

**Palavras-chave:** Racismo Ambiental. “Questão ambiental”. Alagoas.

**ABSTRACT:**

The article presents the debate on the “environmental issue” and environmental racism considering the heavy rains, floods and flooding in Alagoas. The results indicate that the black population in the metropolitan region of Maceió-AL is the most affected by the “disasters”, where municipalities with significant numbers of affected and homeless/homeless

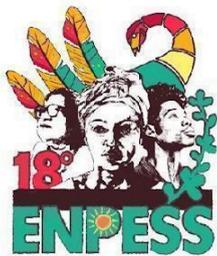
<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas

<sup>3</sup> Universidade Federal de Alagoas

<sup>4</sup> Universidade Federal de Alagoas

<sup>5</sup> Universidade Federal de Alagoas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

people have a significant percentage of black population.

**Keywords:** Environmental Racism. “Environmental issue”.  
Alagoas.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, discutir sobre “questão ambiental”, “desastres naturais/ambientais”, “mudanças do clima” e “racismo ambiental” têm sido constantes nos cursos de Serviço Social brasileiro e nos espaços políticos das nossas entidades<sup>6</sup> devido ao tempo histórico de impactos socioambientais cotidianos que vivemos. A título de exemplo, em 2024, a ABEPSS realizou uma live sobre “*Racismo ambiental e desastres: a questão social e a luta pela terra*”<sup>7</sup>;

o CFESS<sup>8</sup> lançou “*CFESS Manifesta sobre Brumadinho*” e elaborou uma “*Petição sobre o caso da Braskem*”<sup>9</sup>; e a ENESSO promoveu uma mesa de conjuntura “*Crise climática no capitalismo*”. Essas ações estão sintonizadas com o cenário do tempo presente de flexibilização da legislação ambiental, de destruição socioambiental, de racismo ambiental, de crimes ambientais, entre outras expressões da questão ambiental que têm agudizado as condições de existência da classe trabalhadora, em especial a população negra brasileira que mora em favelas, periferias, comunidades tradicionais e no campo.

O debate crítico, alinhado à teoria social de Karl Marx, sobre “questão ambiental” no interior do Serviço Social vem sendo construído desde o início dos anos 2000. De lá para cá, avançamos na produção de conhecimento sobre a relação destrutiva do

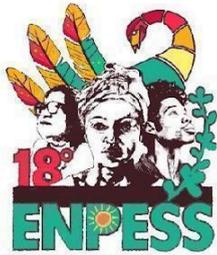
<sup>6</sup> As entidades históricas do Serviço Social brasileiro são: Conselho Federal de Serviço Social/CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social/ENESSO etc.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JpG9McM6jAU>

<sup>8</sup> Ainda em relação as essas temáticas latentes na conjuntura atual, o conjunto CFESS-CRESS aprovou para o triênio (2024-2026) as deliberações: “avançar nas formulações e incidências sobre a questão ambiental como direito humano reconhecendo as emergências climáticas e suas consequências para a classe trabalhadora racializada”, “aprofundar o debate sobre o exercício profissional do Serviço social na questão ambiental”, “fortalecer as lutas pelo Direito à Cidade, entendido como um direito amplo envolvendo cidade, campo e floresta, com vistas a defender a justiça ambiental, acessibilidade urbana e enfrentar as situações de desastres e crimes ambientais e calamidades, racismo ambiental, articulando com outras políticas de seguridade social em diálogo com os movimentos sociais, comunitários e territoriais (na defesa do direito à cidade para as mulheres, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, pessoa idosa)”, entre outras ações que dialogam indiretamente com as expressões da questão ambiental (CFESS, Relatório 50º Encontro Nacional CFESS-CRESS, Brasília, 2023). Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/arquivos/relatoriofinal-50nacional.pdf> Acesso em: 27 jul. 2024.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2024-brumadinhoFinal.pdf> e <https://www.cfess.org.br/arquivos/peticao-braskem-maceio.pdf>



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

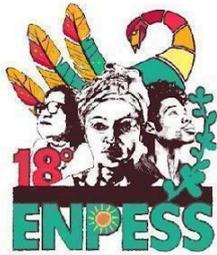
homem/mulher com a natureza sob o comando das relações mercantis capitalistas. Marx (2013) possibilita compreender que o capital tem, em sua gênese e desenvolvimento, um processo destrutivo e degenerativo contra a existência da natureza e da sociedade. Sob as bases do sistema capitalista, produzimos riqueza social e, igualmente, destruição do meio ambiente e degradação das condições sociais de vida da classe trabalhadora.

O cenário de destruição socioambiental provocou a realização de uma pesquisa sobre a “questão ambiental” e “desastres naturais” em Alagoas com o objetivo geral de mapear os impactos socioambientais das inundações e alagamentos no período de 2012 a 2022. Entre os objetivos da pesquisa sinalizamos o interesse em ampliar o debate sobre racismo ambiental considerando as tendências presentes nos alagamentos e inundações nesse estado. Dito isto, o presente artigo tem a pretensão de apresentar os dados dessa pesquisa sobre inundações e alagamentos em Alagoas utilizando a categoria de análise a “questão ambiental” e o conceito de racismo ambiental particularizado em Alagoas. Mapeamos os “desastres” do ano de 2012 a 2022 por meio do Atlas Digital de Desastres no Brasil<sup>10</sup> e coadunamos com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Devido a extensão dos dados, iremos delimitar os anos de 2017 e 2022 que tiveram as mais fortes chuvas no estado nos últimos 10 anos e a região metropolitana de Maceió-AL formada pelos municípios Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro seco, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba.

A estrutura do presente texto conta com duas seções e considerações finais, além desta breve introdução. Na primeira seção do desenvolvimento, demarcaremos alguns cuidados teóricos e metodológicos sobre as terminologias “crise climática” e “crise ambiental” (entre outras variações), reforçando que a direção da análise é a crise estrutural do capital; apresentaremos as recentes mudanças climáticas operadas pelas ações antropogênicas sob as bases do capital; e traremos para o centro da discussão o racismo ambiental com a “questão ambiental”, que compreendemos como um debate urgente e necessário para o Serviço Social brasileiro. Na seção seguinte, apresentaremos os dados e análise sobre as fortes chuvas, inundações e alagamentos na região metropolitana de Maceió e o racismo ambiental que se revela nessa realidade concreta. Nas considerações finais, faremos uma síntese do debate posto apontando avanços nas análises sobre o racismo ambiental considerando o acúmulo que o Serviço Social

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://atlasdigital.mdr.gov.br/paginas/mapa-interativo.xhtml>. Acesso em: 11 jun. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

brasileiro vem fazendo.

## 1. “Questão ambiental”, mudanças climáticas e racismo ambiental

O termo “crise climática” é amplamente difundido pelos meios de comunicação em massa<sup>11</sup> e absorvido pelas diversas frações da sociedade brasileira. Consideramos que este termo possui “armadilhas” que falseiam sua compreensão. Tornou-se comum, a utilização de terminologias “neutras” como: “crise do meio ambiente”, “crise ecológica”, “crise ambiental” e, na quadra mais recente, “crise climática”, que já foram rigorosamente criticadas pela literatura crítica marxista do Serviço Social que pesquisa “questão ambiental”, como Silva (2010), Nunes (2021) e Silva (2022). Essas terminologias têm servido para mascarar quem realmente tem responsabilidade sob os impactos socioambientais e mudanças climáticas, que, no caso, é o capital expresso essencialmente no Brasil por meio do agronegócio e da mineração sob anuência do Estado brasileiro (Silva, 2022).

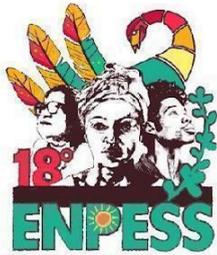
Partimos do pressuposto que é a crise estrutural do capital (Mészáros, 2011) que desencadeia um ritmo acelerado de destruição dos bens naturais e dos meios de vida dos homens e mulheres. Crise que afeta a totalidade da vida social, que é universal, de alcance global e com escala permanente (Mészáros, 2011). Esta crise afeta de formas diferentes os países periféricos (comparado aos países centrais) e, no Brasil, vai reafirmar o nosso lugar na divisão internacional do trabalho e reforçar a função histórica de economia agrário-mineral

exportadora, com o domínio da agricultura capitalista e mineração, atividades econômicas predatórias que tem contribuído diretamente para os impactos socioambientais. É com a crise estrutural do capital que eclode a “questão ambiental” (Silva, 2010), momento onde o capital acelerou o ritmo de destruição da natureza, esgotando as reservas naturais, degradando o solo e todo o ecossistema para continuar sua acumulação de capital, além de amplificar a luta de classes, também expressa na pauta ambiental.

A classe trabalhadora é acometida com as mazelas sociais e ambientais, que são adensadas pelas constantes e recentes mudanças climáticas e pelo aprofundamento da

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/07/24/marina-silva-diz-que-g20-tem-obrigacao-de-dar-exemplo-ao-enfrentar-crise-climatica.ghtml> e <https://www.jornalopcao.com.br/todo-ambiente/carta-na-ciencia-alerta-que-anulacao-da-criacao-de-parque-pela-justica-de-mato-grosso-agrava-crise-climatica-624363/> Acesso em: 27 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

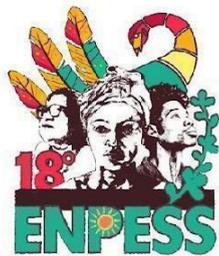
crise estrutural do capital. Assim, a “questão ambiental” não significa problemas ambientais de forma isolada, mas relaciona-se com os problemas sociais (Nunes, 2021), com as desigualdades estruturais do capitalismo.

A destruição socioambiental só é possível com a intervenção do Estado brasileiro que possui uma tendência destrutiva em relação à natureza e à sociedade para atender os determinantes do capital nacional/internacional (Silva, 2022). Esse Estado tem legislado para destruir o meio ambiente com a flexibilização das leis ambientais, com a diminuição do investimento na fiscalização ambiental e, até mesmo, com financiamento de obras públicas que diretamente destroem ecossistemas e comunidades tradicionais, como foram os casos das construções das Hidrelétricas de Belo Monte e Tucuruí, ambas no Pará (Silva, 2022). Aliás, o Estado brasileiro, desde a ditadura empresarial-militar, tem entregado a Região Amazônica para o capital nacional e internacional (Silva, 2022; Silva; Santos Neto, 2023).

A forma como o capitalismo opera a destruição da natureza, da sociedade e dos meios de vida pode ser visualizada nos dias atuais com o “Caso da Braskem” em Maceió-Alagoas. Pode-se dizer que este substancia os traços da formação econômica brasileira ao extrair bens naturais para a dinâmica capitalista, principalmente para abastecer os países centrais, e entrega para a população local os impactos socioambientais.

As mudanças climáticas constantes são uma das expressões da “questão ambiental”, que tem emergido com força na pauta ambiental e nos noticiários midiáticos. Os organismos internacionais têm concordado que são as ações antropogênicas no capitalismo que são as responsáveis pelas drásticas e súbitas alterações climáticas (IPCC, 2023). Segundo Marques (2015, p. 278), sob as bases do capitalismo, “[...] os homens estão mudando o clima da Terra. A atmosfera e os oceanos aqueceram-se, fenômenos acompanhados por um aumento do nível do mar, um forte declínio do gelo do Oceano Ártico e por outras mudanças relacionadas ao clima.”. As ações antropogênicas têm afetado as condições meteorológicas, variações de temperatura e precipitações que podem ser visualizadas com as fortes chuvas e altas temperaturas.

Segundo o Correio Braziliense (2024, *online*), alguns municípios brasileiros têm registrados altas temperaturas: “[...] o município de Pão de Açúcar, em Alagoas, foi o que apresentou a maior temperatura, batendo 39,6°C no dia. [...] A maior temperatura registrada oficialmente no Brasil foi 44,8°C em Araçuaí, Minas Gerais, no dia 19 de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

novembro de 2023, superando o recorde também oficial de Bom Jesus, Piauí, de 44,7 °C em 21 de novembro de 2005<sup>12</sup>.” Diante deste cenário, não seria alarmante se afirmarmos que estamos próximos de, a cada ano, superarmos os recordes com mais ondas de calor e/ou fortes chuvas.

O Relatório “Mudança do Clima 2023” do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), vinculado a Organização das Nações Unidas, aponta que

As emissões globais de gases aumentaram no período de 2010-2019 com contribuições históricas do agronegócio e indústrias poluentes. Este relatório alerta que estamos vivendo uma era de extremos meteorológicos em todo mundo, com regiões registrando altas temperaturas e, ao mesmo tempo, outras regiões com fortes chuvas que causam alagamentos e inundações. Importante notarmos que esse mesmo relatório afirma que “[...] as comunidades vulneráveis que historicamente menos contribuíram para a mudança do clima atual são desproporcionalmente afetadas.” (IPCC, 2023, p. 21), isto é, os mais pobres que contribuem menos com as mudanças climáticas são os que mais sofrem, conforme apontaremos no debate sobre racismo ambiental.

No Brasil, observamos coletivamente os efeitos das mudanças climáticas constantes com o aumento exponencial de chuvas, em 2024, no Rio Grande do Sul que provocaram enchentes e inundações. Foram atingidas mais de 470 cidades, levando à morte mais de 170 pessoas e expulsando 629 mil delas dos seus lares; no total, 2,3 milhões de pessoas foram

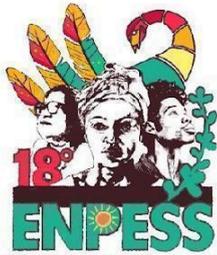
afetadas nesse estado pelas fortes chuvas que duraram mais de 10 dias<sup>13</sup>. Esse total de pessoas afetadas é maior que o número de habitantes dos estados do Acre, Amapá e Roraima juntos.

É essencial uma leitura crítica sobre esses “desastres” para não culpabilizar a natureza e/ou os indivíduos que foram afetados pelas fortes chuvas. O centro de análise deve apontar as contradições da realidade social dominada pelas desigualdades econômicas e sociais provocadas pelo sistema do capital. As expressões da questão social somadas à

probabilidade de deslizamentos, inundações, enchentes e desmoronamentos (Dutra,

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/11/6658424-aracuai-mg-bate-448c-e-tem-dia-mais-quente-ja-registrado-no-brasil.html> Acesso em: 20 jul. 2024 as atividades humanas, principalmente através das emissões de gases de efeito estufa, inequivocamente causaram o aquecimento global, com a temperatura da superfície global atingindo 1,1°C mais alto entre 2011-2020 do que no período de 1850-1900. (IPCC, 2023, p. 2020)

<sup>13</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/29/um-mes-de-enchentes-no-rs-veja-cronologia-do-desastre.ghtml> Acesso em: 20 jul. 2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

2017) potencializam os efeitos danosos dos “desastres”.

Temos que considerar que, no Brasil, a classe trabalhadora não é homogênea, possuindo, em seu interior, diferenciações de gênero, raça, etnia e sexualidade. Ao tratar sobre os efeitos das mudanças climáticas na vida social partimos do pressuposto que os impactos socioambientais não são democráticos, ou seja, não atingem a todos de forma igual e na mesma proporção. Seus efeitos rebatem mais fortemente na classe trabalhadora, em comparação as outras classes e, diante das frações da classe trabalhadora, a população negra é a mais afetada (Santos; Silva; Silva, 2022) devido as desigualdades estruturais e ao racismo institucional operado pelo Estado brasileiro, expressado em normas, leis, ações estatais e “omissões”. Em favelas e periferias essa população sofre diretamente com os efeitos das altas temperaturas, pois são obrigadas a morar em locais inadequados (sem ventilação), ruas estreitas e becos (ambientes propícios para os mormaços); com os efeitos das fortes chuvas, pois a ausência de saneamento básico submete a população negra a coexistir com possibilidades de inundações e alagamentos; com deslizamentos de terra devido às construções de moradias em áreas de riscos<sup>14</sup> etc.

O Estado brasileiro é um agente direto da reprodução das desigualdades estruturais e do racismo. Em áreas/territórios com população racializada, ele opera com menos infraestrutura e poucas ações estatais que viabilizem, por exemplo, moradias e saneamento básico adequados. Desse modo, a população negra (preto e pardos<sup>10</sup>) brasileira está mais sujeita às chamadas “injustiças ambientais”<sup>15</sup>.

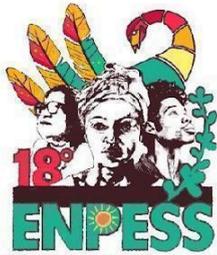
Sob o recorte de classe, raça e cor, a população negra brasileira é a mais afetada pelos impactos socioambientais e pelo racismo institucional por ser o segmento majoritário de composição dos bairros periféricos, favelas, campo e comunidades tradicionais, o que evidencia a necessidade e urgência do debate do racismo ambiental operado, principalmente, pelo Estado brasileiro.

Conforme Santos, Silva e Silva (2022, p. 164),

---

<sup>14</sup> Em acordo com Santos, Silva e Silva (2022, p. 167) reforçamos que “a localização e as características de suas moradias não podem ser propriamente atribuídas a ‘escolhas’ dessas famílias já que existe uma desigualdade no acesso ao direito à cidade e seus espaços com adequada infraestrutura de recursos ambientais e outros direitos.” <sup>10</sup> Conforme o Ministério da Igualdade Racial, “a população negra é considerada como o conjunto das pessoas residentes que se declaram como pretas e pardas.” Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br> Acesso em: 11 ago. 2024

<sup>15</sup> O debate crítico sobre as chamadas “injustiças ambientais” precisa ainda ser mediatizado pela crítica da economia política ancorada em Karl Marx. As primeiras aproximações com o tema podem ser feitas através de Martinez Alier (2015) e Acsegrad (2009).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

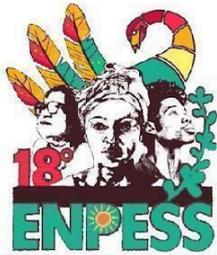
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

É na conjugação entre desigualdades sociais e raciais que situamos o debate sobre o chamado “racismo ambiental”. Em nossa perspectiva, o mesmo se beneficia de um lado, do reconhecimento da “questão ambiental” e suas expressões como parte da crise do capital e, de outro, do reconhecimento das dimensões raciais inerentes às análises sobre a “questão social” no Brasil que têm ampliado seu potencial explicativo sem abrir mão do fundamento calcado na perspectiva teórica marxiana e marxista – que põe a exploração do trabalho no centro dessa conceituação.

As expressões da questão ambiental se delineiam e aprofundam, na sua dimensão social, considerando o marcador racial, uma vez que, o racismo estrutural determina a economia política brasileira e espraia-se em todos os complexos sociais, inclusive na dimensão socioambiental.

A relação direta entre o Estado brasileiro e o racismo ambiental se revela num conjunto de ações institucionais que confere dinâmica e fluidez às desigualdades socioambientais, como podemos observar com o Governo Bolsonaro vetando acesso a água potável às comunidades tradicionais através do Projeto de Lei nº 1.142, de 2020. Podemos também exemplificar o racismo institucional por meio das formas, dos atrasos e as “omissões” identificáveis nas respostas do Estado às demandas da população negra perante os “desastres”. Consideramos que as “omissões” do Estado brasileiro caracterizam uma forma de responder a determinadas demandas, ao negar ações estatais ou atrasá-las como uma forma de decisão estatal. Inclusive, o Estado investe menos em áreas das periferias para estruturar os espaços urbanos e tornar o ambiente ecologicamente equilibrado, diferentemente das chamadas “áreas nobres” das cidades que possuem, por exemplo, saneamento básico adequado. Com isso, no debate do racismo ambiental podemos reiterar que para o Estado atuar em relação aos problemas socioambientais o perfil socio-racial da população atingida é um dos fatores determinantes do padrão de resposta a ser ofertado, intencionalmente ou não. “Assim, afirmamos que o segmento da classe trabalhadora racialmente discriminado recebe, com maior intensidade, o ônus da destruição ambiental operada pelo capital” (Santos; Silva; Silva, 2022, p. 160) e pelo Estado brasileiro, conforme visualizaremos, a seguir, na região metropolitana de Maceió-AL.

## **2. Racismo ambiental em Alagoas: mapeamento das inundações e alagamentos na região metropolitana de Maceió**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Na região metropolitana de Maceió-AL<sup>16</sup> é comum, devido às desigualdades estruturais, a construção de imóveis em áreas de morro, encostas, próximos de rios e lagoas, e com ruas sem estruturas para fluir água das fortes chuvas, o que torna habitual os alagamentos e inundações. Segundo IBGE (2010), Marechal Deodoro-AL possui 71,9% de domicílios sem esgotamento sanitário adequado e 89,4% de domicílios urbanos sem urbanização adequada, isto é, sem bueiros, pavimentação e meio-fio, e população negra de 69,96%. Apesar de Maceió-AL apresentar maior desenvolvimento econômico, possui ainda 52,9% de domicílios sem esgotamento sanitário e 67,3% de domicílios sem urbanização adequada, com uma população negra de 63,25% (IBGE, 2010), o que deixa essas cidades suscetíveis a inundações e alagamentos devido à ausência de ação estatal para estruturação do saneamento básico.

Precisamos ponderar que o termo alagamento é “[...] empregado para descrever áreas que foram cobertas por água em decorrência de chuvas intensas, geralmente áreas urbanas, cujo escoamento superficial tende a ser aumentado devido à maior área impermeabilizada.” (Sousa; Rocha, 2022, p. 257). Assim, os locais que têm menos (ou não possuem) saneamento básico (especialmente drenagem urbana) são mais propensos a alagamentos, o que sentencia as periferias e favelas alagoanas a conviverem com recorrentes situações de alagamentos.

A inundação é um dos principais fenômenos advindos dos “desastres” e ocorre “[...] quando o transbordamento de rios ou córregos – inundando áreas adjacentes a estes – é provocado por precipitações prolongadas ao longo de vários dias, por chuvas intensas durante um curto período de tempo ou por um congestionamento de detritos nos canais fluviais.” (Souza; Rocha, 2022, p. 255). A inundação é recorrente na região metropolitana de Maceió, devido à distribuição espacial dos habitantes em áreas localizadas em torno de rios e lagoas, como a Lagoa do Mundaú.

Alagamentos e inundações afetam a população direta e indiretamente, onde nos casos diretos temos a formação de uma massa de desabrigados e desalojados. Segundo Castro (1998, p. 10), desabrigados “[...] são pessoas cujas habitações foram destruídas ou danificadas por desastres, ou estão localizadas em áreas de risco iminente de

---

<sup>16</sup> Conforme a Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento social de Alagoas, a Região Metropolitana de Maceió (RMM) é composta pelos municípios de Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba. Disponível em: <https://www.assistenciasocial.al.gov.br/mapas-das-regioes> Acesso em: 10 ago. 2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

destruição, e que necessitam de abrigos temporários para serem alojadas”, e os desalojados constituem

se em “[...] pessoas cujas habitações foram danificadas ou destruídas mas que, não necessariamente, precisam de abrigos temporários.” Historicamente, quem tem moradias em áreas de risco e/ou habitações “frágeis” é a população negra que sofre historicamente com a negação ao acesso a moradia digna e ao saneamento básico, levando-a a viver,

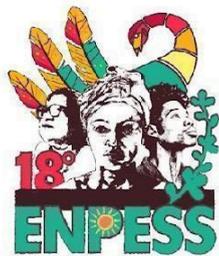
predominantemente, em ocupações irregulares sem infraestrutura.

Ao considerarmos este cenário em Alagoas, mapeamos os dados referentes a fortes chuvas, inundações e alagamentos da região metropolitana de Maceió dos anos de 2017 e 2022 – nos últimos 10 anos, conforme o Atlas de Desastres do Brasil, e obtivemos o número de afetados, desabrigados/desalojados<sup>17</sup> por município dessa região. Vejamos!

TABELA 1 – Região metropolitana de Maceió e total de afetados dos anos de 2017 e 2022

Ano	Municípios da região metropolitana	Total de afetados	Ano	Municípios da região Metropolitana	Total de afetados
2017	Maceió	510.527	2022	Maceió	39.272
	Marechal Deodoro	38.908		Rio Largo	10.500
	Rio Largo	21.123		Pilar	3764
	Pilar	4.375		Santa Luzia do Norte	1493
	Santa Luzia do Norte	1.267		Satuba	1220
	Satuba	401		Marechal Deodoro	598
	Paripueira	34		Paripueira	359
	Barra de Santo Antônio	34		Barra de Santo Antônio	260
	Coqueiro Seco	34		Barra de São Miguel	246
-	-	Coqueiro Seco		34	
Total	9 municípios	557.373		10 municípios	57.712

<sup>17</sup> O Atlas de Desastres do Brasil não separa desabrigados e desalojados



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Fonte: Atlas Digital de Desastres naturais. Elaboração dos autores.

No ano de 2017, 09 municípios da região metropolitana de Maceió-AL sofreram com as fortes chuvas, afetando 557.373 mil pessoas. Maceió teve 510.527 mil pessoas afetadas, seguido de Marechal Deodoro (38.908 pessoas) e Rio Largo (21.123 pessoas). Segundo último censo do IBGE, Maceió possuía 1.140.682 habitantes, o que significa que as fortes chuvas de 2017 solaparam praticamente metade da população. No ano de 2022, as chuvas afetaram 10 municípios dessa região e impactando 57.712, com destaque para Maceió (39.272), Rio Largo (10.500) e Pilar (3.764).

Essas chuvas provocaram a saída da população de suas moradias, despejando nas cidades um elevado quantitativo de desabrigados/desalojados, conforme apresenta a Tabela 2.

TABELA 2 – Região metropolitana de Maceió e desabrigados/desalojados nos anos de 2017 e 2022

Ano	Municípios da região metropolitana	desabrigados/desalojados	Ano	Municípios da região metropolitana	Desabrigados/Desalojados
2017	Marechal Deodoro	8.414	2022	Maceió	10.572
	Pilar	4.300		Rio Largo	10.500
	Maceió	3.232		Pilar	3.764
	Rio Largo	1.023		Satuba	624
	Coqueiro Seco	704		Paripueira	359
	Santa Luzia do Norte	55		Marechal Deodoro	352
	Paripueira	34		Barra de Santo Antônio	260
	Barra de Santo Antônio	34		Barra de São Miguel	194
	-	-		Santa Luzia do Norte	93
Total	-	17.846	-	-	26.718

Fonte: Atlas Digital de Desastres naturais. Elaboração dos autores.

Os dados revelam que, no ano de 2017, 08 municípios da região metropolitana de Maceió tiveram 17.846 desabrigados/desalojados; e no ano de 2022, 09 municípios dessa região tiveram 26.718 desabrigados/desalojados. Com isso, as chuvas de 2022 provocaram mais desabrigados/desalojados, comparado com 2017, um aumento de 33,20%. Em 2017, Marechal Deodoro teve 8.414 desabrigados/desalojados, possuindo uma população negra na cidade de 69,96% (IBGE, 2010). Em 2022, Rio Largo teve



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

10.500 pessoas desabrigadas/desalojadas, com a realidade social de 68,35% de população negra.

Para entender a relação entre afetados pelas fortes chuvas, inundações e alagamentos e a população negra de Alagoas, cruzamos os dados do Atlas de Desastres do Brasil com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), dispostos nas Tabelas 3 e 4, que servirão para propormos algumas reflexões sobre racismo ambiental.

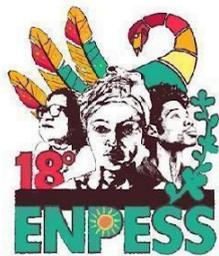
TABELA 3 – Região Metropolitana de Maceió com números de afetados/2017 e raça-cor da população total dessa região.

Municípios/2017	Total de afetados	Total da população	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total da população negra
Maceió	510.527	1.140.682	402.792	86.599	13.638	634.978	2675	721.577
Marechal Deodoro	38.908	45.977	13.088	3.838	662	28.299	90	32.137

Rio Largo	21.123	68.481	20.402	4.932	1.157	41.878	112	46.810
Pilar	4.375	33.305	9.869	3.088	329	20.015	4	23.103
Santa Luzia do Norte	1.267	6.891	1.612	830	94	4.343	12	5.173
Coqueiro Seco	704	5.526	1427	488	31	3.578	2	4066
Satuba	401	14.603	4.145	879	189	9.371	19	10.250
Barra de Santo Antônio	34	14.230	3.952	1.284	110	8.882	2	10.166
Paripueira	34	11.347	3.367	1.142	83	6.743	12	7.885

Fonte: Atlas Digital de Desastres naturais e IBGE. Elaboração dos autores.

Os percentuais da população negra (preta e parda) dos municípios afetados pelas fortes chuvas, inundações e alagamentos são: Santa Luzia do Norte com 75,06%; Coqueiro Seco com 73,57%; Barra de Santo Antônio com 71,44%; Satuba com 70,19%; Marechal Deodoro com 69,96%; Paripueira com 69,48%; Rio Largo com 68,35%; Pilar com 69,36; e Maceió com 63,25%. Observamos que os municípios da região metropolitana de Maceió-AL dispostos na tabela têm população negra acima de 60% (861.167 mil pessoas); além disso, quatro municípios (Santa Luzia do Norte, Coqueiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Seco, Satuba e Barra de Santo Antônio) têm população negra acima dos 70%, sendo em números absolutos: 5.173; 4.066; 10.250; e 10.166, respectivamente.

A Tabela 3 chama nossa atenção para Maceió que teve 510.527 pessoas afetadas e possui 63,25% da sua população negra. Todavia, os casos mais latentes são Pilar, que teve 4.375 pessoas afetadas e com uma população negra no município de 69,36%; Santa Luzia do Norte que teve 1.267 pessoas afetadas e com uma população negra de 75%; e Coqueiro Seco que teve 704 pessoas afetadas com um percentual de 73,57% de sua população sendo negra.

TABELA 4 – Região Metropolitana de Maceió com números de afetados/2022 e raça-cor da população total dessa região.

Municípios/2022	Total de afetados	Total da população	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total da população negra
Maceió	39.272	1 140.682	402.792	86.599	13.638	634.978	2.675	721.577
Rio Largo	10.500	68.481	20.402	4.932	1.157	41.878	112	46.810
Pilar	3.764	33.305	9.869	3.088	329	20.015	4	23.103
Santa Luzia do Norte	1.493	6.891	1.612	830	94	4.343	12	5.173
Satuba	1.220	14.603	4.145	879	189	9.371	19	10.250
Marechal Deodoro	598	45.977	13.088	3.838	662	28.299	90	32.137
Paripueira	359	11.347	3.367	1.142	83	6.743	12	7.885
Barra de Santo Antônio	260	14.230	3.952	1.284	110	8.882	2	10.166
Barra de São Miguel	246	7574	2183	429	67	4893	2	5.322
Coqueiro Seco	34	5.526	1427	488	31	3.578	2	4066

Fonte: Atlas Digital de Desastres naturais e IBGE. Elaboração dos autores.

No ano de 2022, Rio Largo, que tem uma predominância de população negra de 68,35%, teve cerca de 10.500 pessoas afetadas pelo “desastre”. Santa Luzia do Norte teve 1.493 pessoas afetadas e possui uma predominância de população preta na cidade de 74,06%. Dutra (2021, p. 35, grifos nossos) nos oferece a seguinte reflexão que ilustra o que estamos delineando aqui no debate de racismo ambiental:

**É no processo de tecitura cotidiana que vão se moldando os rostos das reais**

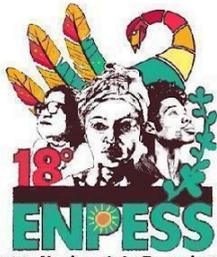
**vítimas dos desastres, em sua imensa maioria pobres e não brancos**, que assistem suas moradias precárias serem arrastadas pelas chuvas incessantes, que relembram seus parentes soterrados pela lama e pelos escombros, que constataam a contaminação de seus meios de sobrevivência por produtos tóxicos, enfim, que experimentam uma série de violações que vão muito além do momento do impacto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expomos no desenvolvimento deste artigo que o capitalismo provoca impactos socioambientais que atingem a natureza e a sociedade, especialmente em tempos de crise estrutural do capital e de mudanças climáticas, e que a população negra, que majoritariamente compõe a classe trabalhadora brasileira, é a que mais sofre com os efeitos das mudanças climáticas, é a fração da sociedade atingida com os efeitos da destruição socioambiental.

Apesar dos discursos tentarem disseminar que os impactos socioambientais são democráticos, a realidade social aponta que a população negra é a mais afetada pelas chuvas fortes, inundações e alagamentos na região metropolitana de Maceió-AL, perfazendo um número expressivo de afetados e desabrigados e desalojados. Os municípios em análise apresentaram a maioria da população negra (preta e parda) acima de 60% (e em alguns casos acima de 70%), sendo considerados municípios racializados, sem estruturas urbanas e ambientais, com a população vivendo em encostas de rios/lagoas, morros, isto é, em áreas propensas a “desastres”, sem acesso a um ambiente ecologicamente equilibrado. O racismo ambiental é uma chave conceitual fundamental para entender este processo. O Estado brasileiro, como agente direto de “injustiças ambientais”, atua na reprodução do racismo ambiental segregando espaços (ditando regras da apropriação do solo e negando acesso), inviabilizando o saneamento básico (água, coleta de lixo e drenagem urbana), dificultando aquisição de moradias dignas etc., isto é, perpetuando a distribuição desigual de condições mínimas de vida. Portanto, entendemos que as ações estatais e também suas “omissões” têm reproduzido o racismo ambiental na região metropolitana de Maceió-AL.

Na quadra história atual, o Serviço Social brasileiro precisa fortalecer e avançar no debate da “questão ambiental” e racismo ambiental frente a conjuntura de agravamento das mudanças climáticas. A análise crítica da realidade concreta oferecerá respostas coletivas para a formação profissional e atuação do assistente social. As entidades



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

deverão continuar alinhadas, fortalecidas e coerentes contra a crescente barbarização da vida social e destruição da natureza. Na linha do horizonte, precisamos defender um ambiente ecologicamente equilibrado. Defender condições socioambientais adequadas é entender também que a classe trabalhadora precisa acessar os serviços de saúde, educação e saneamento básico, principalmente a população negra brasileira.

A crítica radical ao racismo ambiental é improtelável e imprescindível, precisa ganhar amplitude nos espaços coletivos e nas estratégias da luta de classe.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CASTRO, L. A. **Glossário de Defesa Civil**: estudos de riscos e medicina de desastres. 2.ed. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento/Departamento de Defesa Civil, 1998.

DUTRA, Adriana. **Gestão de desastres e Serviço Social**: reflexões críticas sobre a atuação de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil. Rio de Janeiro, 2017. 255p. Tese de Doutorado Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FREIRE, N. C. F.; BONFIM, C. V. do; NATENZON, C. E. Vulnerabilidade socioambiental, inundações e repercussões na Saúde em regiões periféricas: o caso de Alagoas, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva** (Impresso), v. 19, p. 3755-3762, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/7ZHTp8Z9frPgCh3zLrtR5RD/?lang=pt> Acesso em: 01 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em: 20 jul. 2024

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2015.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NUNES, Carla Alessandra da S. **“Questão ambiental” e “questão social”**: uma crítica



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ao debate ideopolítico sobre a “pobreza” da natureza e a “natureza” da pobreza. 2019. 230f. Tese (Doutorado em Serviço social). Centro de Filosofia e Ciências humanas, Escola de Serviço social, Programa de Pós-graduação em Serviço social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, 2019.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC). Mudança do clima 2023: relatório síntese. Disponível em:

[https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy\\_of\\_IPCC\\_Longer\\_Report\\_2023\\_Portugues.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf) Acesso em: 15 mai. 2024

SANTOS, J. S.; SILVA, E. M DA; SILVA, M. Racismo ambiental e desigualdades estruturais no contexto da crise do capital. *Temporalis*, Brasília, ano 22, n.43, jan./jun.2022, p.158-173.

SILVA, Everton Melo; SANTOS NETO, Artur Bispo dos. O Estado brasileiro “abre as portas” da destruição socioambiental na região da Amazônia. In: SILVA, Everton Melo da; BIZERRA, Fernando de Araújo (Orgs). **Estado e dominação de classe**: expressões contemporâneas. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy,

SILVA, Everton Melo da. **Estado brasileiro “sem ilusões”**: a tendência destrutiva do aparato estatal em suas relações com a natureza e sociedade. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2022.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA, Rodrigo Vitor Barbosa; ROCHA, Paulo Cesar. Inundações e conceitos correlatos: revisão bibliográfica e análise comparativa. In: Osmar Abílio de Carvalho Júnior (Org.). **Revisões de literatura da geomorfologia brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, 2022, v. 1, p. 250-262.